

Autor | Author

Leandro Santos Bulhões de Jesus*
lesanbul@gmail.com

**AMÍLCAR CABRAL, FRANTZ FANON, JOSEPH
KI-ZERBO, VIRIATO DA CRUZ, W. DU BOIS:
MEMÓRIAS DAS LUTAS ANTICOLONIAIS PELAS
INDEPENDÊNCIAS E UNIDADES AFRICANAS EM
MÁRIO DE ANDRADE****AMÍLCAR CABRAL, FRANTZ FANON, JOSEPH
KI-ZERBO, VIRIATO DA CRUZ, W. DU BOIS:
MEMORIES OF ANTICOLONIAL STRUGGLES FOR
INDEPENDENCE AND AFRICAN UNITS IN MÁRIO DE
ANDRADE**

Resumo: Para o continente africano, o ano de 1960 ficou conhecido como “o ano da África”, pois dezoito países conquistaram suas independências. Historicamente, este fenômeno pode ser compreendido como uma sucessão de práticas de resistências às presenças dos povos europeus que, desde o século XV, empreenderam projetos de colonizações nestes territórios. Nos anos cinquenta do século XX, especialmente, as lutas anticoloniais são articuladas tanto no continente africano quanto em espaços estratégicos no estrangeiro. Neste texto, dialogo com as memórias do angolano Mário de Andrade que, em 1986, foi entrevistado pelo professor Michel Laban. Transitando por suas narrativas, acessamos um tempo de articulações conjuntas – entre outros intelectuais ativistas e combatentes – e formulações de projetos de sociedades baseados nos desejos de independências e unidades africanas.

Palavras-chave: Unidade Africana, Independências Africanas, Mário de Andrade, Anticolonialismo, Pan-Africanismo

Abstract: *In Africa, the year 1960 was known as “the year of Africa”, as for eighteen countries gained their independence that year. Historically, this phenomenon can be understood as a succession of practices of resistance to the presences of the European peoples who, since the fifteenth century, have undertaken colonization projects in these territories. In the fifties of the twentieth century, especially, anticolonial struggles are articulated both in the African continent and in strategic spaces abroad. In this text, I dialogue with the memories of the Angolan Mário de Andrade, who in 1986 was interviewed by Professor Michel Laban. Transiting through their narratives, we access a time of joint articulations - among other activist intellectuals and fighters - and formulations of societies projects based on the desires of African independence and units.*

Keywords: *African Unity, African Independence, Mário de Andrade, Anticolonialism, Pan-Africanism*

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Durante o período das lutas pela libertação no continente africano, na segunda metade do século XX, intelectuais, artistas e combatentes organizaram lutas em seus próprios territórios, bem como realizaram encontros estratégicos no estrangeiro, fora da vigilância dos colonizadores, por meio de métodos considerados clandestinos. Os Congressos sobre política e arte negra que aconteceram nos anos 50 e 60, por exemplo, promoveram o diálogo entre sujeitos envolvidos em diferentes projetos de sociedade, embora com fins comuns: a derrocada do colonialismo no continente africano, o enfrentamento ao racismo e a emancipação dos homens e mulheres negras no mundo.

Ecossistemas dos EUA, Haiti, Cabo Verde, Guiné Bissau, Argélia, Moçambique, Angola, Senegal, Brasil encontravam-se em ideais compartilhados, de modo que uma espécie de nação sem territórios específicos era configurada, em torno de ideias do pan-africanismo e dos movimentos de negritude também. Quando Gana e Guiné-Conacri conquistaram a independência, em 1957 e 1958, respectivamente, tornaram-se importantes símbolos de empoderamento para indivíduos como Amílcar Cabral, Viriato da Cruz, Lucio Lara e Mário de Andrade: figuras centrais na articulação dos movimentos de independência das consideradas províncias de Portugal na África. Cabral é o fundador do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde/PAIG e é considerado cabo-verdiano e guineense, pois suas lutas pela libertação dos dois países conferiam-lhe uma dupla referência de nacionalidade; Viriato da Cruz, Lúcio Lara e Mário de Andrade são angolanos e todos tem a história de vida relacionada à fundação do Movimento pela Libertação de Angola/MPLA¹.

Em 1986, o professor da Soubornne Michel Laban, fez uma série de entrevistas com Mário de Andrade que nos oferece a possibilidade de acesso às elaborações narrativas do angolano

sobre o seu tempo de luta anticolonial². Retomando ao período de intensa discussão sobre as independências africanas, Laban transita por temas e momentos cruciais do processo de formação, organização e mobilização dos indivíduos que decidiram enfrentar o colonialismo por meio de projetos de independências.

Neste texto, diálogo com as memórias de Mário de Andrade nesta entrevista, atento sobretudo para os momentos nos quais ele aborda as articulações que ocorreram fora das terras africanas. Como estes jovens utilizaram os espaços diaspóricos para denunciar o colonialismo português e criar redes de proteção, formação política e de unidade de luta? Interessou-me compreender também, nas narrativas de Mário de Andrade, como a independência de Guiné-Conacri, em solo africano, tornou-se um símbolo de inspiração, além de ter sido um lugar estratégico para novas formações políticas; realização de contatos diplomáticos com outras regiões do mundo e para tentativa de construção conjunta de luta entre os combatentes das antigas possessões portuguesas no continente africano: São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Guiné Bissau e Cabo Verde, o “grupo dos cinco”.

O “GRUPO DOS CINCO”

Em 1957, Mário de Andrade vivia em Paris e trabalhava na Revista *Presença Africaine* desde 1951. De lá, trocava correspondências com Amílcar Cabral (que circulava entre Angola, Guiné-Bissau e Lisboa) e os angolanos Lúcio Lara e Viriato da Cruz. Andrade descreve-os como amigos e companheiros de luta no domínio cultural e político. Afirma ainda que muito do seu engajamento político deveu-se a sua relação com Viriato da Cruz que, inclusive, o visitou em Paris naquele ano (1957), fugindo da polícia portuguesa. A sua visita fora seguida da

1 Em Angola, os processos de contestação ao colonialismo e a luta pela independência são longos, complexos e marcados por inúmeras atividades, em contextos e interesses diferenciados. Para Bittencourt (2002), os movimentos de libertação devem ser entendidos numa perspectiva histórica, levando-se em consideração questões fundamentais como raça, etnia, políticas de assimilação, condicionamentos internacionais, entre outros. Serrano (2008) destaca ainda a importância das diversas formas de resistência, como: a produção literária de protesto e denúncia escrita por intelectuais locais; o surgimento de diversos movimentos nativistas, proféticos e messiânicos; as greves e a prática da desobediência civil. Além disso, é necessário considerar as articulações políticas internacionais.

2 Na história da história, existe uma ampla literatura sobre questões/polêmicas teóricas e metodológicas sobre entrevistas/depoimentos orais que envolvem questões igualmente teórico-metodológicas sobre memórias; narrativas; subjetividades, identidades das quais decidi não explorar aqui. Entretanto, cabe ressaltar, em diálogo com este legado, que as formas com as quais as pessoas decidem – conscientes ou não – contar uma história, envolve escolhas, posicionamentos, edições, ressignificações. Penso que elas são tão legítimas quanto as decisões, edições, ressignificações que eu, enquanto historiador, também assumi neste texto. Mário de Andrade entrevistado por Laban é, portanto, um pensador que contou uma história e com ela vamos aqui dialogar. No livro, o professor Laban explica que Andrade teve acesso ao texto e ficou muito à vontade para deixá-lo como bem quis. Penso que este tipo de relação com os sujeitos é um cuidado importante para nós pesquisadores/as que lidamos com as memórias das pessoas e suas narrativas.

presença de Amílcar Cabral – “com quem, aliás, Viriato da Cruz estava em contacto em Luanda. Amílcar Cabral tinha participado no conjunto das formações que em seguida levaram à criação do MPLA”, diz Andrade. Esta informação é muito importante para a compreensão dos diálogos que houve à época dos movimentos pré-independência por demonstrar uma relação estreita e reciprocamente frutífera entre sujeitos que representaram diferentes lutas em territórios distintos nos anos de combate ao colonialismo.

Ao rememorar os complicados anos de organização política, Andrade destacou o escritor Viriato da Cruz como um dos mais importantes sujeitos na articulação das lutas contra o colonialismo em Angola:

Homem *pivot* porque participou no nascimento – pelo menos na redação – de todas as organizações importantes de Angola, as primeiras organizações. No nascimento e criação do Partido Comunista Angolano, em 1955, na redação do manifesto do MPLA, na criação, evidentemente, dos estatutos, etc. Homem de cultura, homem muito aberto e muito dinâmico no plano concreto da organização, no plano da concepção de mundo, e na concepção do texto político. (ANDRADE apud LABAN, 1986, p. 141).

O referido encontro das três personalidades: Mário de Andrade, Amílcar Cabral e Viriato da Cruz em Paris, em 1957, não era acaso, mas parte do processo de organização de indivíduos da comunidade africana de língua portuguesa na diáspora. A luta pela libertação teria promovido a identificação de homens e mulheres que questionavam e buscavam construir projetos de libertação. Encontros fora da vigilância direta dos colonizadores facilitavam e, como sintoma deste contexto, a *clandestinidade* era o vetor principal por onde as ideias e práticas poderiam começar a ser gestadas.

Andrade faz referência à “Reunião de consulta e estudo para o desenvolvimento da luta nas colônias portuguesas” que aconteceu em novembro naquele ano na capital da França:

Ela juntava aqueles dois homens – que eram, digamos, os militantes mais activos, os militantes no terreno: um [Amílcar Cabral] foi fundador do PAIGC [Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde] em 56, um ano antes, e Viriato da Cruz, o redactor do manifesto e um dos criadores do Partido Comunista Angolano. Eram os elementos motores da reunião, traziam uma experiência no terreno, um conhecimento do próprio terreno da luta, enquanto nós, os outros participantes – Marcelino dos Santos, Guilherme do Espírito Santo e eu próprio –, estávamos defasados pelo facto de vivermos há vários anos em Paris. Mas éramos companheiros de luta. (ANDRADE apud LABAN, 1986, p. 141-2).

Houve outra reunião depois conhecida como “O grupo dos cinco”, no qual a ideia era organizar, discutir questões da luta pela independência e que envolvia, invariavelmente, os países colonizados por Portugal. Andrade salienta o fato de terem discutido as perspectivas marxistas de se conceber a luta, observando-as como falhas, uma vez que uma concepção de luta apenas calcada nos movimentos do proletariado era, finalmente, uma “visão muito estreita das forças sociais” (ANDRADE apud LABAN, 1986, p. 142). A ideia era pensar o movimento para além do formato marxista; potencializando as demandas locais, o que se configurava um importante exercício de inovação e apropriação, evocando outras realidades e contextos históricos. A luta destes africanos, embora assentada em aspectos socialistas de perspectiva de futuro e formação política, deveria se concentrar em inspirações endógenas, portanto³.

A coerência que deveria haver entre a apropriação de experiências de lutas entre oprimidos e opressores do mundo exigia uma crítica interna constante, afinal, uma marca anti-ocidental também formatava a base dos movimentos de libertação. As relações de poder nas experiências coloniais, centradas no racismo, não são as mesmas daquelas que estruturam os dramas dos e das trabalhadoras europeias.

Fanon traz contribuições fundamentais para estas questões quando trata da formação dos partidos políticos na África ou organizado por africanos ou afrodescendentes em outros territórios, pois o mesmo não perde de vista o caráter de ressignificação do processo. Explica ele que a formação de uma elite intelectual e mercantil é contemporânea ao surgimento dos partidos nacionalistas:

As elites atribuem importância decisiva à organização como tal, e não raro o fetichismo da organização se superpõe ao estudo racional da sociedade colonial. A noção de partido é uma noção importada da metrópole. Este instrumento das lutas modernas é aplicado sem alteração alguma numa realidade proteiforme, desequilibrada, onde coexistem, a um só tempo, a escravatura, a servidão, o escambo, o artesanato e as operações da bolsa (FANON, 1968, p. 90).

Trazer estas reflexões para este texto é de suma importância, já que se compreende esta crítica que Fanon aponta para

3 Ainda que seja possível perceber estes cuidados nas falas de Mário de Andrade, bem como na de Franz Fanon, autores como Mudimbe (2013) e Mbembe (2014) tecem críticas profundas às formas como as quais os estados pós-independências africanos, de uma maneira geral, organizaram seus poderes com as bases marxistas. Analisam também as marcas destas influências na historiografia construída pela geração de historiadores neste contexto.

determinados intelectuais, bem como a alguns projetos de lutas específicas, como por exemplo, pensar a luta anticolonial no mesmo formato do proletariado europeu com a centralização no trabalhador e reformas para esta classe. Se se segue esta perspectiva, muito se perde já que a luta em solo colonial deveria ser outra: derrocada e expulsão do colonizador para instauração de outra ordem. Organizações calcadas apenas em mudanças na vida dos operários seriam, portanto, projeto de manutenção da ordem colonial.

Os jovens Mário de Andrade, Viriato da Cruz, Amílcar Cabral e Lúcio Lara enfrentavam questões como estas e a dinâmica dos encontros e contatos com múltiplas realidades amadureciam-nos. Ainda em 1957 se desenhavam as lutas contra a presença portuguesa na África e era partindo deste dado que o fluxo seguiu. A partir da constatação de que os portugueses teriam força para destruir as organizações em cada um dos territórios colonizados, a ideia, como salientou Andrade, era “reunir num organismo unitário das forças que estavam no exterior” e Amílcar Cabral seria um dos principais articuladores de informações.

Foi a origem do Movimento Anticolonialista que se criou em Lisboa, mas tinha um outro nome na altura, um nome muito mais amplo: Movimento de Libertação Nacional das Colônias Portuguesas, etc. e tinha mesmo estatutos. Era preciso reunir todas as forças vivas que existiam na diáspora, as pessoas que estavam em Lisboa, aqueles que estavam na Europa, particularmente em Paris, para serem a força de apoio das organizações internas (ANDRADE *In*: LABAN, 1986, p. 141).

A entrevista feita pelo professor Laban a Mário de Andrade possibilita um trânsito na biografia de um intelectual angolano que esteve presente nas trincheiras organizacionais da luta de libertação da sua terra. É possível perceber com o que nos conta Andrade, as dinâmicas do seu processo de formação como angolano e combatente do colonialismo. Outras questões relevantes são também descortinadas, revelando-se que as lutas anticoloniais de meados do século passado envolviam uma complexa rede de ações e informações de indivíduos e lugares. A independência da Guiné-Conacri representa possibilidade de novos rumos e simbologias, afinal com os pés em território africano outras forças são acionadas.

ARTICULAÇÕES POLÍTICAS NA GUINÉ-CONACRI

O final dos anos cinquenta em Paris, onde vivia Andrade, passou a não ser mais um lugar seguro para as atividades

políticas, pois a França – a do mesmo canto da liberdade, igualdade e fraternidade – era aliada de Portugal e ainda estava envolvida em conflitos em território argelino, onde tinha possessões coloniais. Ao decidir sair de Paris, ele entrega seu cargo na Revista *Presence Africaine*, ficando mais livre para seguir o fluxo do exercício político. Sobre o deslocamento de energias – antes ligadas ao trabalho nessa revista, para outras atividades políticas, diz Andrade: “Ainda que as duas componentes estejam sempre misturadas, pode dizer-se que é nesta data que a política ultrapassa a cultura [...]” (ANDRADE apud LABAN, 1986, p. 145).

A partir de então, destaca a emoção de ter conhecido o militante norte-americano das questões de negritude W. Du Bois, aos de 1990 anos, num congresso, em 1958. Neste mesmo ano, a independência de Gana e da Guiné-Conacri e a participação na Conferência dos Povos Africanos teriam estimulado Mário de Andrade, Viriato da Cruz e, seguramente, tantos outros africanos, a tomarem parte mais ativamente das lutas de libertação.

O fundamento universalista das lutas dos negros da diáspora e dos africanos em prol de radicais mudanças que favoreceriam a dignidade da existência e o enfrentamento do racismo, estimulava cada vez mais o estreitamento de relações. Ressalta Andrade que em 1959 houve um encontro com Franz Fanon no *II Congresso dos Escritores e Artistas Negros*, na Itália. Explica que em 1956, eles já teriam se conhecido, mas Andrade enfatiza que na época, cerca de três anos antes, Fanon destacava-se mais como médico do que como político (ANDRADE apud LABAN, 1986, p. 150), alguns anos depois de ter lançado o seu primeiro livro: *Peles Negras, Máscaras Brancas* (2008):

Mas em 59, [Fanon] era conselheiro do Governo Provisório da república Argelina, que já estava formado, e tinha o seu ponto de vista sobre as lutas que se desenrolaram, as organizações que existiam já em Angola e em Moçambique, especialmente em Angola. A FLN [Frente da Libertação Nacional da Argélia] estava interessada no alargamento do que se chamava “campo anti-imperialista”, num desencadear eventual de formas de luta – em particular a luta armada – no quadro da solidariedade activa com a FLN. O campo da NATO [Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN] ficaria mais enfraquecido se outras lutas se desencadeassem noutros lugares (ANDRADE apud LABAN, 1986, p. 150-151).

Desdobramento deste outro cenário político na Argélia, e convencido da expansão das lutas de libertação, Fanon teria convidado Mário para se reunir junto com outros integrantes do grupo das colônias portuguesas às margens do Congresso,

num Café, em Roma. Do ponto de vista prático, a Frente de Libertação Nacional da Argélia estava disposta a ajudar na formação político-militar de quadros em Angola e Moçambique. Depois de algumas discussões, decidiram concentrar-se apenas no caso de Angola.

O encontro político entre Fanon, Cabral e Andrade, entre outras e outros intelectuais e combatentes políticos, evidencia a força dos movimentos anticoloniais em vários lugares do mundo, bem como a abrangência dos movimentos de negritude e do panafricanismo como projetos universais das lutas de libertação dos povos negros, na época. Acompanhando as ideias de Fanon: “a responsabilidade do homem de cultura colonizado não é uma responsabilidade perante a cultura nacional, mas uma responsabilidade global perante a nação global, da qual, no fim das contas, a cultura não é senão um aspecto” (FANON, 1968, p. 194).

Não é mera coincidência o pertencimento relativamente comum de ideias e projetos ao longo da maturação e eclosão das lutas de libertação em solo africano. Como num desmoronamento de castelo de cartas, a existência de um movimento político local colocaria outros no fluxo das libertações, sucessivamente, como fora (ou como poderia ter sido) a Revolução Haitiana para as colônias americanas nos séculos XVIII e XIX.

Mário de Andrade parece argumentar que os acontecimentos diretamente ligados às questões pelas quais passavam os

africanos não só os influenciavam como também os pressionavam frente aos desafios de serem indivíduos constituintes das experiências africanas colonizadas e, nesta mesma perspectiva, os autores possíveis de transformar as realidades. A dinâmica da história já demonstrava outras paisagens políticas que se formavam no continente africano, como a guerra da Argélia e as independências de Gana e da Guiné Conakri, em 1957 e 1958. Andrade faz então um balanço da situação dos territórios de posse portuguesa, e conclui que já havia apelos das massas, organizações e repressão, sobretudo no meio urbano:

Portanto, havia muito a fazer, e nós éramos poucos os militantes do exterior, aqueles que se podiam apresentar como dirigentes responsáveis. Aliás, em 1960, num discurso à Assembléia Nacional, Salazar tinha razão quando dizia: “Eles são poucos, mas mudam de nome para parecerem muitos...” É uma das frases célebres de Salazar, e que correspondia exactamente à verdade – mas, evidentemente, não no sentido em que ele a entendia [...] (ANDRADE apud LABAN, 1986, p. 155).

Mário descreve a experiência de estar na Guiné-Conakri independente. Ao chegar ao aeroporto deste país, seus camaradas estariam esperando-o: Amílcar Cabral, Viriato da Cruz, Lucio Lara e Hugo de Menezes. Trata-se de um local favorável à integração e afinamento de questões políticas compartilhadas, sobretudo entre os embrionários MPLA e PAIGC, que Andrade definiu como “a capital de dois movimentos de vanguarda” (ANDRADE apud LABAN, 1986, p. 156).

Imagem 01: “Conakry, 1960. “Os fundadores do MPLA. Da esquerda para a direita: Azancot Meneses [Hugo], Eduardo Macedo dos Santos, Lucio Lara, Mário de Andrade, Matias Miguéis e Viriato da Cruz”.



Fonte: PACHECO, 1997, s/p.

Enquanto isso, as afinidades pessoais e políticas continuavam a inspirar este grupo a pensar o movimento contra a presença portuguesa de forma coletiva, no solo da Guiné. Mário cita a existência da FRAIN – Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das colônias portuguesas – que substituiu o primeiro movimento, o MAC – Movimento Anti-Colonialista. Entre os anos de 1960 e 1961, o MPLA e o PAIGC eram movimentos com ações coordenadas por esta Frente que foi criada em Tunísia, em janeiro de 1960, na *II Conferência dos Povos Africanos*. Logo depois, a Frente foi desfeita, dando lugar a organizações mais vastas. O MPLA, por exemplo, teria abraçado outras redes de solidariedade e se articulado com as forças mais ligadas à Lisboa.

Andrade apresenta um dado muito interessante para nos fazer perceber a heterogeneidade dos movimentos de libertação. O PAIGC precisava do MPLA para se afirmar em Conakri, pois havia uma desconfiança sobre Amílcar Cabral. Havia o receio deste político querer formar uma espécie de “Grande Guiné”, juntando as duas (Bissau e Conakri) e, por isso, os primeiros independentes de alguma forma tinham resistência a Cabral e os membros do MPLA ajudava no processo de interação possível entre ele e os políticos da Guiné-Conakri. O contexto era delicado, e estas desconfianças apontam para as contradições existentes também entre os combatentes.

Importante não perder de vista que alguns acontecimentos em solo africano acabavam por instaurar situações que poderiam definir os posicionamentos políticos daqueles que apoiavam ou não os mesmos. Segundo Andrade, naquele momento, “duas grande divisões”, grosso modo, dividiam a África:

aqueles que estavam de acordo com o combate argelino e aqueles que estavam contra; aqueles que estavam a favor do MNC, Movimento Nacional Congolês de Lumumba, e aqueles que estavam contra. Estes dois acontecimentos, que estavam no centro da política africana – a luta armada na Argélia e as condições da independência no Congo –, classificavam os países africanos num grupo progressista ou num grupo reacionário, *moderado*, digamos (ANDRADE apud LABAN, 1986, p. 157).

Como é possível perceber, o MPLA, na representação destes integrantes e de acordo com a versão de Mário de Andrade, assumia um compromisso e um perfil internacionalista; estava, portanto, inserido em questões que estavam para além do combate ao colonialismo das fronteiras portuguesas. Além disso, os angolanos exerciam funções que extrapolavam a agenda dos movimentos, uma vez que se envolviam em propostas mais amplas de combate ao sistema colonial e ao imperialismo, como o interesse pela literatura, que, aliás, em

solo angolano, precede a explícita participação em movimentos de libertação⁴. Na Guiné-Conakri, Mário de Andrade tornou-se secretário da redação da revista *Recherches Africaines*, do Órgão do Instituto Nacional de Investigação e Documentação do país:

Eu era um observador participante e atento de toda a vida cultural, das manifestações artísticas, da afirmação intelectual em geral, dos programas de pesquisa; cheguei a dar conferências no liceu Donka, conferências sobre a literatura africana de expressão portuguesa (ANDRADE apud LABAN, 1986, p. 158).

Com a constituição do primeiro Comitê do MPLA, Mário de Andrade assume a função de presidente e Viriato da Cruz, o de secretário-geral. Uma das ações deste comitê foi enviar para o Governo Português, em 13 de junho de 1960, um *memorandum* no qual pediam que o Governo se conformasse “com os ventos da história, os ventos da descolonização que sopravam por toda a África” e solicitavam uma mesa-redonda com todos os partidos para que as questões políticas fossem resolvidas:

Claro que esta carta não foi tornada pública, mas referiram-se ao seu espírito no jornal *Novidades*, creio, um jornal dirigido por Salazar, um jornal católico – onde se menciona esse “pretensioso *memorandum*” que pedia a convocação de uma mesa-redonda... O autor do artigo dizia: “Nem redonda nem quadrada!” Estava fora de questão discutir o acesso de Angola à independência (ANDRADE In: LABAN, 1986, p. 159).

É ainda em Conakri que os primeiros passos efetivos em busca de apoios políticos são dados. É relevante a informação de que já havia no país algumas embaixadas, o que permitia uma abertura de diálogos com outras nações possíveis parceiras, como foi o caso de o Comitê do MPLA ter procurado as embaixadas socialistas: União Soviética e República Popular da China. Não houve êxito com os russos. Pediram bolsas de estudos e meios financeiros e materiais para criar condições para ações que incluíam a luta armada. Já os chineses acolheram as questões e logo uma delegação foi constituída – a pedido dos orientais – para que os africanos conhecessem de

4 No final do século XIX, mas sobretudo a primeira metade do século XX, em Angola, o mundo das letras foi um lócus riquíssimo de questionamentos das ordens coloniais, dos desejos de conhecimento das “coisas” angolanas – que o colonialismo encobria e destruiu. Especialmente os integrantes das elites angolanas e das chamadas camadas médias, envolveram-se em pesquisas em relação às línguas locais; interessaram-se pelos referenciais poéticos dos vários povos que constituíam o território angolano. Poesia, jornalismo, literatura e depois o cinema formam hoje um grande acervo destas memórias. Pode-se afirmar que estas experiências são parte dos desdobramentos políticos de décadas posteriores que culminam na independência (BULHÕES, 2013).

perto a revolução chinesa. Em maio de 1960, o MPLA oficial era constituído por Lucio Lara, Hugo de Menezes, Viriato da Cruz e Mário de Andrade.

A viagem para China teria sido substancial para aquele momento histórico, pois os dirigentes pela primeira vez teriam assimilado as técnicas de guerrilha. Mário de Andrade explica que antes desta viagem os mesmos já tinham tido acesso a liv-

ros de guerrilha e outras coisas do gênero, mas nada como foi a experiência da viagem. Os cursos foram dados por escrito, em cadernos e por meio de microfímes.

Como parte das estratégias de visibilidade das lutas anti-coloniais, ainda em 1960, os membros do MPLA decidiram fazer uma conferência de imprensa numa grande metrópole. A partir dos seus contatos, conseguiram fazê-la na *Câmara*

Imagem 02: “Viagem das delegações do MPLA e da PAI⁵ à China, em julho de 1960. Da esquerda para a direita: Viriato da Cruz (o terceiro), o anfitrião chinês, Amílcar Cabral e Eduardo Macedo dos Santos.”



Fonte: PACHECO, 1997, s/p.

dos Comuns no edifício do Parlamento Inglês, em Londres. A Inglaterra era aliada de Portugal, o que explica a pouca reverberação que teve na mídia da época, mas ainda assim a conferência teria sido publicada no *Daily Worker* e no *Le Monde*:

Esta conferência foi importante porque, pela primeira vez, nós lançávamos a Portugal um desafio perante a opinião internacional, declarando que se o Governo português não aceitasse as resoluções da ONU – uma resolução da Assembleia um mês antes, em Novembro, considerava que os territórios sob administração colonial e, particularmente, sob a administração portuguesa, deviam aceder à independência –, nós, Movimentos desses países, devíamos encarar o recurso à acção directa. É a primeira vez que esta expressão é utilizada, que é dirigida ao Governo português esta ameaça, e foi justamente no agosto tempo da democracia britânica que nós pronunciamos essas palavras heroicas (ANDRADE apud LABAN, 1986, p. 164).

Para Andrade, esta declaração teria sido um motivo de encorajamento para outros combatentes do colonialismo, sobretudo em Angola, pois seria uma maneira de fazer circular as informações das atividades políticas que estavam em marcha a partir da Guiné-Conakri. Andrade faz referência aos

desafios em enviar novidades para as províncias ultramarinas portuguesas e relata a participação de membros do clero nesse processo, o que amplia a ideia do movimento para além dos quatro nomes citados por ele.

Mário não deixa de frisar que por causa também desta atitude de expor à comunidade internacional as diretrizes propostas por um novo conjunto de ideias e homens que mudariam os rumos de alguns territórios africanos, o 04 de fevereiro de 1961⁶ teve na atitude dos angolanos revoltados uma inspiração e era uma espécie de prova de que de alguma forma havia um diálogo construtivo entre esse primeiro grupo de dirigentes do MPLA e outros militantes angolanos em solo africano. Assim, é importante ressaltar que os ataques às prisões em Angola foram atitudes decididas sem o conhecimento *a priori* dos integrantes do Comitê; foi uma demanda local: “de

5 Não encontrei qualquer informação sobre a “PAI”. Creio que se trata de erro de digitação do PAIGC, de Amílcar Cabral, no livro de Pacheco.

6 Esta data é considerada o marco do início da guerra colonial em Angola. Em 04 de fevereiro de 1961, um grupo de pessoas invadiu uma prisão de Luanda para soltar os presos políticos.

facto, a acção interna, militante, ultrapassou desta vez a visão da direcção”. Ressalta ainda que o 04 de fevereiro não é necessariamente um símbolo do início da luta armada, pois esta aconteceu como um “arrastamento”:

A nossa reacção foi a de nos apoderarmos dos acontecimentos, naturalmente. Nós assumimos. Nós ouvimos pela rádio: reivindicamos o acontecimento e tomamos as medidas necessárias para o fazer existir do ponto de vista internacional, e defendê-lo, pois a repressão se abateu imediatamente sobre Angola, uma repressão feroz (ANDRADE apud LABAN, 1986, p. 166).

Outros eventos ligados à luta anticolonial que passam a acontecer em solo angolano começam a trazer à tona outras demandas, outros grupos e organizações de poder, de modo que as responsabilidades do MPLA teriam, portanto, aumentado, sobretudo no que diz respeito à defesa das pessoas envolvidas. De acordo com a organização das narrativas de Andrade, é neste contexto que a guerra colonial é preparada e uma das primeiras coisas que deveria ser feita era incentivar os movimentos de libertação em todos os territórios portugueses, dividindo o campo inimigo:

É por isso que organizamos, alguns meses depois do 4 de fevereiro de 61, no mês de Abril, a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, em Casablanca – uma conferência que teve como objectivo manifestar a solidariedade com o MPLA, com Angola, responsável por uma luta de libertação, quer se queira ou não, e sensibilizar a opinião internacional, colocar Portugal perante um tribunal, fazer de Portugal um agressor. É uma figura jurídica que se desenvolveu mais tarde. (...) Foi no decurso desta conferência que esta forma de acção ficou decidida como única maneira de resolver o conflito que nos opunha ao colonialismo português. A própria conferência erigiu-se em organização; houve uma estrutura de solidariedade que reunia os três movimentos (ANDRADE, 1986 apud LABAN, 1997, p. 167).

Nessa referida conferência, participaram também um movimento sindical – a União Nacional dos Trabalhadores Angolanos –, e não eram somente os angolanos a participar, pois havia os três movimentos de Goa, dois movimentos da Guiné Bissau, além do PAIGC, São Tomé e Príncipe e um movimento de Moçambique. Afirma Andrade que “houve, portanto, de 60 a 61, um alargamento da frente de luta contra o colonialismo português”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos de libertação começam com uma ideia compartilhada de questões que poderiam ser comuns aos po-

vos oprimidos por Portugal: o colonialismo/racismo e o imperialismo. O conjunto de ações políticas entre os anos 50 e 60 foi, de acordo com Mário de Andrade, um revelador de capacidades, qualidades, ambições e vontades de poder que depois se traduziram em múltiplas experiências. Mas que, em suma, revelou “a multiplicidade dos caracteres dos homens. Este engajamento coletivo permitiu-nos conhecermo-nos uns aos outros. Mas que se pode saber exactamente de um homem? É uma grande interrogação” (ANDRADE apud LABAN, 1986, p. 169).

Os Congressos sobre unidade, cultura, arte negra e literatura que aconteceram nesse período possibilitaram o encontro e o diálogo de indivíduos que lutavam contra o colonialismo por diferentes caminhos. Os estudantes africanos que viviam nas metrópoles ajudavam na constituição de territórios políticos que em muito auxiliaram aqueles que foram exilados por conta dos envolvimento políticos contrários aos interesses dos colonialistas.

Em território africano ou fora, os/as intelectuais combatentes souberam forjar redes que foram cruciais para o enfrentamento individual ou coletivo das forças colonizadoras. No caso das experiências dos angolanos, moçambicanos, cabo-verdianos, santomenses e guineenses, o fato de compartilharem as experiências de colonização portuguesa estimulava-os a pensar projetos de contestação conjunta. Neste texto, por meio das memórias de Mário de Andrade, acompanhamos quão decisivas foram as relações engendradas na Guiné-Conacri enquanto território que possibilitou articulações necessárias para expor Portugal enquanto nação racista e colonialista que ia de encontro a inúmeras expectativas políticas de descolonização, muitas delas já legitimadas pela comunidade internacional, figuradas pela ONU.

As identificações de propósitos de luta para além das fronteiras físicas forjavam uma comunidade feita de homens e mulheres negras de vários lugares do planeta. Isto é, o trânsito dos *colonizados* e *colonizadas* africanas pelo mundo fazia destes indivíduos corpos para além das fronteiras. Para a maioria destes africanos e africanas era urgente construir suas próprias nações físicas, políticas, culturais a partir dos referenciais que consideravam legítimos. Há séculos atrás, por dentro das experiências do colonialismo, tanto no continente africano quanto na diáspora, mulheres e homens negros se organizaram e elaboraram inúmeros projetos de sociedade que questionaram e enfrentaram as ordens que se pretendiam hegemônicas. Neste texto, transitamos em algumas destas estratégias que lançam ainda hoje, no presente, as necessidades

de articulações políticas dos povos negros frente às permanências dos legados coloniais nas Áfricas e suas diásporas.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Marcelo. **Dos jornais às armas: trajetórias da contestação angolana**. Luanda: Veja, 1999.

BULHÕES, Leandro S. **Imagens de Angola, Imagens da memória: cinemas, marcas e descobertas (tempos das lutas anticoloniais, tempos das independências)**. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, em dezembro de 2013.

FANON, Franz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **Peles negras, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008.

LABAN, Michel. **Mário Pinto de Andrade. Uma entrevista dada a Michel Laban**. Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1997.

PACHECO, C. **MPLA: um nascimento polêmico**. Lisboa: Veja, 1997, s/p.

MBEMBE, A. **Sair da Grande Noite: ensaio sobre a África descolonizada**. Trad. Narrativa Traçada. Luanda/Angola: edições Mulemba da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto, 2014.

MUDIMBE, V. Y. **A Invenção da África: gnose, filosofia e ordem do conhecimento**. Trad. Ana Medeiros. Luanda: Edições Pedagogo e Edições Mulemba da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto, 2013.

SERRANO, Carlos. **Angola: nascimento de uma nação. Um estudo sobre a construção da identidade nacional**. Angola: Kilombelombe, 2008.

CURRÍCULO

* Fez sua pesquisa de doutorado sobre o cinema em Angola no tempo das lutas anticoloniais e no tempo das independências. Atualmente, é pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília – PPGDSCI/CEAM-UnB. É membro do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da UnB e divide a coordenação do Grupo de Estudos em Gestão de Políticas Públicas, História e Educação para as Relações Raciais e de Gênero com a Professora Renísia Garcia Felice – GEPPHERG-FE/UnB.